

Inventário dos códices iluminados até 1500. Coord.: Isabel Vilares CEPEDA — Colab.: Teresa A.S. Duarte FERREIRA, Vol. I. *Distrito de Lisboa*, Vol. II: *Distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Leiria, Portalegre, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, e Viseu.* Apêndice: *Distrito de Lisboa*, Secretaria de Estado da Cultura — Biblioteca Nacional, Lisboa 1994 e 2001, 351 e 279 pp.

Inventário do património cultural. Códices iluminados até 1500. Coord. Isabel Vilares CEPEDA, Colab. Teresa A.S. Duarte FERREIRA — Ana Cristina Santana SILVA, Ministério da Cultura — Biblioteca Nacional, Lisboa s/d [2001], 1 CD-ROM para sistema Windows.

Não existe em Portugal um inventário sistemático dos livros manuscritos medievais, ou códices, isto é livros manuscritos formados por fólhos dobrados e agrupados em número variável em cadernos solidários entre si por uma costura ou encadernação. É certo que este acervo bibliográfico não é tão extenso como o de outros países europeus, nem mereceu ao longo do tempo o mesmo cuidado de conservação e de estudo, razões pelas quais talvez nunca se tenha constituído uma tradição ou escola portuguesa de paleografia que levasse por diante essas tarefas. Nos países ou estados em que tal aconteceu, como Itália, França, Alemanha, Inglaterra, Vaticano, apenas para citar os mais importantes, o cuidado de inventariação e descrição de manuscritos utilizando erudição e critérios técnicos bem precisos, inicia-se em geral no século XIX. O constante processo de aperfeiçoamento das regras e critérios de descrição do material manuscrito que então se inicia, dará origem, na segunda metade do século XX, à constituição autónoma da codicologia, uma nova ciência auxiliar do estudo material das fontes escritas medievais. (Sobre esta evolução veja-se o notável livro de A. PETRUCCI, *La descrizione del manoscritto. Storia, problemi, modelli*, La Nuova Italia Scientifica, Firenze, 1984, 2ª reimp. 1992). Apesar de tudo, Portugal não esteve totalmente fora deste movimento e, ainda no século XIX, algumas das mais importantes bibliotecas publicam inventários integrais dos seus livros manuscritos, como aconteceu com as Bibliotecas Públicas do Porto e de Évora. O mesmo aconteceria com a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XX. As bibliografias de obras consultadas para os dois volumes do *Inventário* aqui recensados

permitem identificar os catálogos referidos ou existentes sobre os manuscritos de bibliotecas públicas portuguesas. É também particularmente importante a atenção dada às duas mais notáveis colecções de livros manuscritos medievais portugueses, provenientes justamente das bibliotecas dos dois mais influentes mosteiros de então: Santa Maria de Alcobaça (hoje na Biblioteca Nacional em Lisboa) e Santa Cruz de Coimbra (hoje na Biblioteca Pública Municipal do Porto).

É neste quadro que no início da década de 90 é lançada a inventariação do património cultural móvel português com o objectivo de identificar com uma descrição cada peça patrimonial, onde se incluíam objectos tão díspares como quadros, manuscritos, livros impressos, alfaias religiosas, etc. Tratava-se de um projecto da iniciativa do poder político, lançado em 1992 pela Secretaria de Estado da Cultura, e que pretendia beneficiar dos apoios financeiros mobilizados pela entrada na Comunidade Europeia, que tornaram possível a sua realização, pois, como é referido na contra-capá dos volumes, a obra contou com o apoio do Sub-programa “Turismo e património cultural” do II Quadro Comunitário de Apoio. A tarefa foi repartida por diversas equipas consoante o material a inventariar. A coordenação da inventariação dos fundos bibliográficos existente em instituições do Estado como Academias, Museus, Bibliotecas, Palácios Nacionais e Arquivos, foi atribuída à Biblioteca Nacional (então designada Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro). Registe-se que, para além destes dois volumes de inventário de manuscritos e dos diversos volumes sobre outro tipo de peças, foi entretanto publicado em dois volumes o catálogo dos incunábulo, ou livros impressos até 1500, existentes em instituições públicas. Registam-se aí 2978 incunábulo, de 1888 edições diferentes, que estão ordenados pelo nome do autor, ou por título no caso das obras anónimas, e onde prevalecem os volumes impressos em Veneza, sendo 20 de origem portuguesa (cfr. *Os incunábulo das bibliotecas portuguesas*, coord. Maria Valentina C.A. Sul Mendes, vol. I: *Catálogo*, vol. II: *Índices*, Secretaria de Estado da Cultura — Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa 1995, 520 e 218 pp.).

Para o caso dos manuscritos, talvez para evitar mais uma vez a vastidão do empreendimento, foram excluídos expressamente os diplomas, pois dizem respeito a uma outra tipologia textual e bibliográfica, assim como não foram abrangidos todos os códices manuscritos. Optou-se por uma norma que tornou o projecto exequível em tempo razoável, mas limitado nos resultados, porquanto o primeiro critério de inclusão de códices no inventário foi a presença de “iluminuras” (v.g. iniciais decoradas, cercaduras ou semi-cercaduras, miniaturas ou ilustrações). De facto, como o título indica, incluem-se no *Inventário* apenas os “códices iluminados”, o que constitui em si mesmo um critério muito equívoco, por um lado porque a importância científica ou cultural de um códice de modo algum resulta do facto de ser iluminado ou não (por exemplo, os manuscritos filosóficos ou escolásticos em geral não têm qualquer tipo de decoração) e, por outro lado, porque o próprio conceito de “iluminação/iluminura” não foi suficientemente fixado, o que (felizmente

para o utilizador dos inventários, diga-se) levou os autores a adoptar um critério tão extenso que permitiu incluir códices que tivessem algum tipo de decoração, desde simples títulos ou rubricas a vermelho, ou pautas musicais, até iniciais historiadas ou iluminuras de página inteira. A redução a um critério vagamente estético não tem sentido codicológico a não ser para a elaboração de um possível *corpus* temático ou visual da decoração de manuscritos, mas não era esse claramente o objectivo do inventário, como se constata também pelo carácter sumário da identificação e descrição de decoração proposta em cada ficha. Compreende-se que para o poder político se justifique investir dinheiro no estudo de um códice se ele tiver ilustrações para mostrar a turistas ou para fazer postais. É obrigação dos codicólogos e dos bibliotecários agarrar estas oportunidades, como aqui foi feito com proficiência, mas também para mostrar que há muito mais a fazer para um estudo sistemático e exaustivo dos manuscritos existentes em Portugal e, sobretudo, que a importância destes não resulta de pormenores visuais ou superficiais. Aliás, diga-se que o tratamento da decoração em si mesma ficou muito mais bem servido com a exposição organizada pela Biblioteca Nacional em 1999, sobre manuscritos dos séculos X a XVI, portugueses ou existentes em Portugal, que deu lugar à publicação de um deslumbrante catálogo: *A iluminura em Portugal. Identidades e influências. Catálogo da exposição: 26 de Abril a 30 de Junho de '99*, coord. Maria Adelaide Miranda, Biblioteca Nacional, Lisboa 1999.

Na introdução é dito que a recolha de dados para o *Inventário* de manuscritos incluía os manuscritos até 1800, mas para esta «primeira fase» foram retidos apenas os «códices datáveis até 1500» (vol. I, p. 18; não são dadas outras informações sobre a possibilidade de edição dos restantes três séculos inventariados). O ano de 1500, a não ser pelo seu simbolismo numerológico, não tem qualquer significado na história dos manuscritos. Já para os livros é o ano convencionalmente adoptado para designar como que a saída do berço da arte tipográfica, pois aos livros editados até este ano dá-se o nome de incunábulo (do latim *incunabula*, berço, lugar de nascimento). Talvez os patrocinadores do projecto tivessem, assim, querido fazer um paralelismo entre a história dos livros e a história dos manuscritos, mas ele é de todo artificial. Por outro lado, mesmo que o ano de 1500 tivesse boas razões para funcionar como limite, apenas seria possível aplicá-lo de modo aproximativo, pois a maioria dos códices não são datados e a sua datação é em geral deduzida a partir de aspectos como o fabrico, a escrita, as técnicas e os modelos pictóricos ou iconográficos, a data dos textos, a cronologia dos autores, etc.

Quanto aos critérios de descrição dos manuscritos em *Inventário*, a opção também recaiu em um modelo mínimo e exequível por uma equipa heterogénea e geograficamente dispersa. Cada manuscrito é objecto de uma descrição sintética, seguindo o padrão da International Standard Bibliographical Description, acompanhada por uma reprodução a cores. Os elementos retidos são: identificação (número de ordem no *Inventário*, no vol. I seguido de cota na Biblioteca); autor, título, incipit (só no caso dos textos anónimos), data;

informação codicológica (fólios, colunas, matéria escritória, dimensões, volumes); bibliografia, língua, escrita, tipo de ilustração, eventualmente o conteúdo; cota na biblioteca, notas de posse, encadernação, estado de conservação e outras eventuais observações. Cada volume está organizado por ordem alfabética (por cidades e dentro destas por instituições e dentro destas por fundos). Quanto aos critérios de descrição adoptados, diga-se que eles são suficientes para um inventário ou sinalização rápida. É também certo que não se pretendia um catálogo, que releva de uma investigação e de um trabalho editorial completamente diversos. Merece ainda elogios a qualidade gráfica e estética das imagens que acompanham a descrição de cada espécime, que em alguns casos chega a ocupar a totalidade de uma página destes volumes em grande formato.

A inventariação realizada mostra que o património librário medieval existente em Portugal está hoje reduzido em boa parte a fragmentos, devido sobretudo a incúria ou expressa destruição dos volumes, ou do que deles restava, para realizar a encadernação de códices e de documentos e escritos notariais ou contabilísticos avulsos, como era hábito em mosteiros, cancelarias e paróquias, pelo menos até ao século XVIII. De facto, cerca de metade dos espécimens inventariados no volume II são fragmentos, sobre os quais continuam indispensáveis os 7 volumes dactilografados de Avelino de Jesus da Costa: *Pergaminhos medievais. Inventário bibliográfico e ideográfico*, Braga 1944-1951. Para estes fragmentos, por vezes de apenas um ou dois fólios, a ficha de descrição adoptada é claramente suficiente.

No volume I são descritos 487 espécimens. Pela sua beleza ou importância são de destacar alguns dos códices científicos, filosóficos ou teológicos das bibliotecas incluídas. Da Academia das Ciências de Lisboa: Nicolau de Orbellis, *Ethicae compendium* (Manuscrito Série Vermelha 314), Tomás de Hibernia, *Manipulus florum* (M.S.V., 400), Smaragdo, *Diadema monachorum* (M.S.V. 606), Ricardo de S. Victor, *De statu hominis interioris* (M.S.V. 624), para além de leccionários e breviários. Do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Bíblias, antifonários, evangeliários, breviários, missais, leccionários, hagiografias, saltérios, livros de horas, forais, bulas, mas também o *Testamento de Mumadona* (Basto 40), dois exemplares de Nicolau de Lira: *Postilla super totam Bibliam* (C.F. 142-143; C.F.161-167), Pedro Lombardo: *Sententiae* (C.F. 145), Gregório IX: *Decretales* (C.F. 146), Hugo de Folieto: *De avibus* (Lorvão 5), *Compilatio diffinitionum* da Ordem de Cister (Lorvão 8), Beato de Liébana: *In apocalypsin* (Lorvão 43), Iacobus Magnus: *Sophilogium* (Manuscrito da Livraria, 521), Bartolomeu Ânglico: *De proprietatibus rerum* (M.L. 951). Da Biblioteca da Ajuda: diversos livros litúrgicos e Avenzoar: *De conervatione sanitatis* (46-VIII-13), Pedro de Riga: *Aurora* (52-XII-17), Tiago de Varese: *Legenda Aurea* (52-XII-18), Pedro Lombardo: *Sententiae* (52-XII-6), Rolando de Lisboa: *Physionomia* (52-XIII-18). Da Biblioteca Nacional a maior parte de códices assinalados pertence ao fundo alcobacence (que está catalogado de modo mais extenso no *Inventário dos códices alcobacenses*, 6 vol.); do Fundo Geral e do fundo de Códices Iluminados da Biblioteca

Nacional são ainda assinalados diversas Bfblias, livros litúrgicos, para além de códices como: Hugo Ripelino: *Compendium th:ologicae veritatis* (Iluminado, 17), Raimundo de Penhaforte: *Summae* (II. 27), Nicolau de Gorra: *Distinctiones* (II. 28), Smaragdo: *Diadema monachorum* (II. 31), Ebrardo de Béthune: *Graecismus* (II. 40), Gilberto de Tournai: *Sermones* (II. 53), Bernardo Gui: *Legenda sancti Thomae de Aquino* (II. 60), Pedro de Escalane: *Statuta curiae Lugdunensis* (II. 66), Ubertino de Casale: *Arbor vitae* (II. 81-82), Egídio Romano: *Expositio in Physicam Aristotelis* (II. 85), Radulfo Ardens: *Speculum universale distinctionum* (II. 87-88), Bernardo de Trilia: *Postilla super Apocalypsin* (II. 89), Flavius Blondus: *De Roma triumphante* (II. 92), Tomás de Aquino: *Opuscula* (II. 95), Tomás de Aquino: *Comentum in lib. II Sententiarum* (II. 96), Raimundo de Sabunde: *Theologia naturalis* (II. 97), Avicena: *Opera medica et anathomica* em 5 vol. do séc. XV (II. 106-110), Domingo Grenier: *Commentaria iuxta literalem et mysticum sensum in Sacra Biblia* (II. 114), Vicente de Beauvais: *Speculum historiale* I-XVIII (II. 125), outro exemplar com os livros III-XVI (II. 126), outro com os livros XXV-XXIX (II. 127), outro com os livros XXX-XXXII (II. 128), também de Vicente o *Speculum historiale* I-VII e o *Speculum naturale* XVI-XXVII (II. 130) e o *Speculum historiale* IX-XVI (II. 131), Nicolau Trivécio: *Expositio viginti librorum Titi Livii* (II. 134-135), Rainerius de Pisis: *Pantheologia* (II. 136-138), Ordonius Cellae Novae: *Vita et miracula sancti Rudesindi* (II. 184), *Codex Legum wisigothorum* (II. 185). São ainda incluídos fragmentos do Museu Nacional de Arte Antiga e do Museu Nacional de Arqueologia, bem como vários livros litúrgicos da biblioteca do Palácio Nacional de Mafra.

O volume II, e último do projecto, inclui a descrição de 405 códices ou fragmentos (estes em número muito considerável, quase sempre recuperados de antigas encadernações) existentes em instituições de todo o país e ainda um apêndice com peças de bibliotecas de Lisboa não incluídas no vol. I (itens 406 a 543). Também aqui a maior parte dos códices e fragmentos são de matéria litúrgica ou eclesiástica. Devem destacar-se as *Sentenças* de Pedro Lombardo (Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, Cofre, 18), o *Comentário sobre os Salmos* do mesmo autor (idem, Cofre, 19), Raimundo Marti: *Pugio fidei* (idem, Ms. 720), um comentário anónimo sobre o *De Trinitate* de Santo Agostinho (idem, Ms. 727), ou o belo exemplar do comentário de Sérvio sobre a obra de Vergílio, em escrita humanística (idem, Ms. 1102). Uma boa parte dos manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto provém do fundo de Santa Cruz de Coimbra, do qual existe um recente catálogo analítico razão pela qual se omitem aqui, mas daquela Biblioteca provém ainda, entre outros: o tratado moral sobre o xadrez *Liber de moribus hominum* ou *Liber super ludo scaccorum* de Tiago de Cessoles, seguido do *Elucidarium* de Honório de Autan (Porto, Biblioteca Pública Municipal, Geral 608), o *Verbum abbreviatum* de Pedro Cantor (idem, Geral 893), o *Liber philosophi sine nomine* (idem, Geral 1484, sobre o qual publicarei em outro lugar um breve estudo). Vejam-se ainda o rico apógrafo do *Livro da virtuosa benfeitoria*

do infante D. Pedro (Viseu, Biblioteca Municipal, Cofre, 12), os *Diálogos* de Gregório Magno em tradução para português medieval (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, M.L., 522) e os *Sermões* de S. Bernardo (idem, M.L., 735).

O inventário foi realizado por uma vasta equipa de colaboradores coordenada por Isabel Vilares Cepeda, com a colaboração de Teresa Duarte Ferreira. As descrições provenientes das diferentes bibliotecas foram posteriormente uniformizadas e preparadas para edição. Os autores do inventário oferecem no final de cada volume um conjunto de índices que enriquecem e facilitam o acesso a este extenso acervo de informação: Autores principais, Autores secundários (tradutores, comentadores, etc.), Títulos, Cronológico, Copistas, Iluminadores e escolas de iluminura, Línguas, Encadernadores (este apenas no vol. II), Antigos possuidores.

A edição impressa foi retomada e complementada com a edição de uma versão do *Inventário* em CD-ROM (para sistema Windows), que retoma a totalidade de informação publicada nos dois volumes, para além de ter permitido a criação de novos índices úteis para a exploração do conteúdo do *Inventário*. Foi ainda acrescentada uma apresentação de cada uma das 28 instituições depositárias dos manuscritos inventariados. O interface de navegação é de utilização fácil e intuitiva, embora não seja possível cruzar critérios de acesso, nem realizar buscas aleatórias ou por nomes e temas. As buscas são realizadas a partir de índices pré-estabelecidos, que coincidem quase totalmente com os dos volumes impressos, mas navegáveis por hiper-texto com links para as fichas correspondentes a cada item. Este modelo permite percorrer a totalidade do *Inventário*, mas é bastante limitado se se pensar nas possibilidades que as ferramentas de busca permitem. O CD-ROM contém as 1063 reproduções de fólios ou secções de fólios, que podem ser reduzidas ou ampliadas com boa qualidade gráfica, o que em muitos casos é um útil recurso para a leitura ou análise das imagens e textos dos manuscritos. A pesquisa do inventário electrónico pode ser realizada através das seguintes listas: 1) Inventário (lista das instituições, que permite percorrer o catálogo na sua estrutura impressa); 2) Índices de: Autores (no do segundo volume acrescenta-se o título das respectivas obras), Títulos, Temas, Datas, Línguas, Copistas, Iluminadores; 3) Índices de: Decoração: Iconografia, Cercaduras, Iniciais; 4) Índice: Antigos possuidores.

A outra grande vantagem da edição electrónica do *Inventário* está no facto de permitir imprimir ou exportar imagens e textos, sendo expressamente autorizada a sua utilização para fins de estudo ou investigação.

A realização e publicação do *Inventário*, na forma impressa e electrónica, constitui o franquear de uma etapa importante no estudo dos livros manuscritos em Portugal. Desde logo porque estão identificadas as instituições públicas que detêm livros ou fragmentos manuscritos medievais. Mas, o *Inventário* ganhará todo o seu sentido de projecto se for continuado, alargado a todos os códices e actualizado em permanência. Uma possibilidade

RECENSÕES

para a sua continuação e sem grandes custos, seria a transposição da edição electrónica para uma base de dados acessível on-line, com a constituição de uma equipa polivalente e disseminada no território (como a que realizou o inventário), com coordenação sediada na Biblioteca Nacional, a qual assegurasse uma actualização e ampliação sistemática da inventariação do património codicológico português. Essa base de dados seria um bom suporte de trabalho, quer para o ensino da codicologia e da catalogação de manuscritos, quer para a realização de catálogos analíticos dos diversos fundos de livros manuscritos medievais. São sobretudo estes que faltam para um conhecimento mais pormenorizado da produção e circulação de textos em Portugal durante a Idade Média.

J.F. MEIRINHOS

* * *